

Técnico aponta perigo para novo governo

A renegociação parcial da dívida externa que o atual governo vem tentando nos Estados Unidos representa um "perigo" para a futura administração Tancredo Neves, que terá muito mais dificuldade para mudar os contratos multianuais, que serão firmados no foro de Nova Iorque com o compromisso de se começar a pagar também parcelas do principal, e não apenas os juros, como acontecia até agora. A advertência foi feita ontem pelo economista da Universidade de Campinas, Luis Gonzaga Beluzzo, assessor da direção do PMDB.

"Como o Brasil não tem problema de caixa no momento, o ideal seria fazer um acordo apenas para este ano e deixar que o novo governo se encarregue, até 1986, de obter uma renegociação que inclua não apenas as amortizações mas também os pagamentos dos juros da dívida externa" — afirmou Beluzzo, durante a solenidade de inauguração da agência do Banco do Estado de São Paulo na Avenida W-3 Sul. Ele criticou também a proposta de capitalização parcial dos juros, defendida por membros da Comissão do Plano de Ação do Governo Tancredo.

Disse que é preciso ter cuidado com estas propostas, que foram levantadas tempos atrás por gente como o presidente do Federal Reserve de Nova Iorque, Anthony Salomon, e chegaram até a ser cogitadas pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, num primeiro momento. Beluzzo adverte que há uma tendência de alta novamente nas taxas de juros norte-

americanas, em consequência do crescimento econômico insuficiente para reduzir o déficit orçamentário nos Estados Unidos, e a **prime rate** de 11% atualmente poderia atingir 13% em meados deste ano.

Quando isso ocorrer, a proposta da Copag para se pagar apenas os juros correspondentes à taxa real (descontada a inflação americana), capitalizando o restante para pagamento no futuro, vai representar simplesmente o aumento dos encargos da dívida externa que o País terá que honrar durante o Governo Tancredo. O economista da Unicamp criticou também a pressão do atual governo em concluir com os credores um acordo plurianual, que engloba os compromissos até 1991, porque isso significará uma série de inconvenientes.

"O acordo que se vem tentando nos Estados Unidos representará a exclusão dos juros das negociações, quando exatamente estes juros é que devem ser objeto da proposta do futuro governo para diminuir a transferência de renda líquida ao exterior e abrir espaço para a retomada do crescimento interno" — observou, acrescentando que, além disso, o atual acordo com os banqueiros implica em redução de taxas de risco (spread) a partir dos níveis elevadíssimos dos últimos dois anos, o que não interessa ao país. E, finalmente, o Brasil ficará sob supervisão internacional dos credores até o final deste acordo de rolagem das amortizações — ou seja, até o início da próxima década.

Na área interna, o economista do PMDB propõe que o com-

bate à inflação por parte do novo governo parta do princípio de que existe um excesso de liquidez entre as empresas do setor privado, utilizado até agora como mecanismo de proteção contra as desvalorizações a partir da formação de grandes carteiras com títulos públicos — ORTN e LTN. Para enxugar esta liquidez excessiva, que pressiona os índices de preços todo mês, Beluzzo propõe que o futuro governo parta logo de início para uma ampla reforma financeira, onde seriam utilizadas políticas fiscais para retirar o excesso de dinheiro disponível.

Ele acha também que a concentração de uns Cr\$ 25 trilhões de títulos públicos com vencimento entre abril e junho exige providências para evitar que se concretize a expectativa de nova alta nas taxas de juros bancários. "Se não forem tomadas medidas na área financeira, principalmente de natureza fiscal, para recuperar o poder de caixa da União, os juros vão subir ainda mais" — adverte o economista, lembrando que as propostas de apenas desindexar a correção monetária, sem tirar o excesso de liquidez do setor privado, deixarão margem para que os investidores simplesmente passem para outros ativos — como o dólar no câmbio paralelo, por exemplo.

"Será preciso juntar medidas fiscais com a rolagem da dívida pública interna de forma que este custo não seja tão elevado para o governo, e o vencimento não ocorra tão a curto prazo" — observou, sugerindo também que uma parte dos títulos com vencimento imediato seja transformada em papéis de prazo mais longo.